



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 6, art. 7, p. 133-150, jun. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.6.7>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



Diadorim

Comunicação, Educação e os Entraves para o Desenvolvimento Social do Brasil Contemporâneo

Communication, Education and Barriers to the Social Development of Contemporary Brazil

Roberto Remígio Florêncio

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Mestre em Educação e Cultura pela Universidade do Estado da Bahia
Professor do Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano
E-mail: betoremigio@yahoo.com

Carlos Alberto Batista dos Santos

Doutor em Etnobiologia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco
Professor da Universidade do Estado da Bahia
E-mail: cacobatista@yahoo.com.br

Endereço: Roberto Remígio Florêncio

Rua São Cristóvão, 50 – Petrolina-PE CEP 56.308-045.
Brasil.

Endereço: Carlos Alberto Batista dos Santos

Rua São Cristóvão, 50 – Petrolina-PE CEP 56.308-045.
Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 12/05/2021. Última versão
recebida em 27/05/2021. Aprovado em 28/05/2021.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Baseado em Revisão de Literatura e Análise Documental, as pesquisas realizadas em material coletado de revistas, sites e instituições, apresentam alguns dos principais problemas da sociedade brasileira atual no enfrentamento da imposição mercadológica dos meios de comunicação. Mediante as contribuições que as TIC podem promover à educação, são abordados temas como o uso das tecnologias digitais e os processos de inclusão digital na educação pública. Por outro lado, *fake news*, o sucateamento das instituições públicas de comunicação e a conspiração mercadológica de manutenção dos monopólios promovem o movimento contrário para o desenvolvimento social e tecnológico. As conclusões giram em torno da problemática escola-comunicação-sociedade e identificam entraves socioestruturais importantes a serem enfrentados pelo Brasil dos nossos dias, entre eles estão: a exclusão social em uma sociedade capitalista e excludente e a necessidade de democratização das comunicações na busca pelos índices sociais e tecnológicos necessários ao pleno desenvolvimento humano, multicultural, democrático e universal que o Brasil deve ao seu povo.

Palavras-chave: Redes de Comunicação. Inclusão Digital. Escola Pública. Educomunicação.

ABSTRACT

Based on Literature Review and Document Analysis, the research carried out on material collected from magazines, websites and institutions, presents some of the main problems of the current Brazilian society in facing the market imposition of the media. Through the contributions that ICT can promote to education, topics such as the use of digital technologies and the processes of digital inclusion in public education are addressed. On the other hand, fake news, the scrapping of public communication institutions and the market conspiracy to maintain monopolies promote the opposite movement towards social and technological development. The conclusions revolve around the problematic school-communication-society and identify important socio-structural obstacles to be faced by Brazil today, among them are: social exclusion in a capitalist and excluding society and the need to democratize communications in the search for indexes social and technological necessary for the full human, multicultural, democratic and universal development that Brazil owes to its people.

Keywords: Communication Networks. Digital inclusion. Public school. Educommunication.

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da telefonia móvel no Brasil, ouviu-se falar sobre a democratização do acesso à tecnologia das telecomunicações analógicas e, posteriormente, digitais (telefone celular, linhas fixas, banda larga, tecnologias G). No entanto, é dramático perceber que a tão sonhada universalização do acesso à internet no país está cada vez mais distante da realidade. Principalmente das localidades mais longínquas dos grandes centros, como rincões interioranos, aldeias indígenas, periferias marginalizadas e, conseqüentemente, populações pobres.

A livre concorrência para incremento da oferta das Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) seria uma prática minimamente aceita, não fosse o desmonte da infraestrutura tecnológica nacional e sua venda à iniciativa privada, em uma suposta redução do Estado. A transação neoliberal cujos valores da época giravam em torno de 100 bilhões de reais em prédios, torres, antenas, cabos, enfim, toda a estrutura nacional, custa caro ao consumidor atual, que paga valores abusivos por serviços de baixa qualidade.

Governos, em diversos níveis e contextos, vêm prejudicando o sistema democrático da comunicação brasileira, sobremaneira nos últimos anos, quando se cogita ataques à liberdade de expressão que nos remete aos tempos de ditadura. Mas, o sucateamento das empresas de comunicação governamentais é o fator mais covarde dessa política de desestabilização das comunicações comunitárias, sociais e públicas. As redes de TV, como a Educativa, Brasil e Cultura, com infraestrutura antiquada e sem previsões de investimentos, funcionam em estado de sacerdócio de seus colaboradores e, com isso, amargam índices baixíssimos de audiência. Segundo Vieira (2017), A Rádio Nacional da Amazônia, uma das poucas fontes de informação e cultura para milhões de brasileiros na região de mais difícil acesso do país, funciona precariamente com um pequeno gerador, em uma potência que não atinge 5% de sua capacidade. Com a crise econômica, agravada pela pandemia imposta pelo Novo Coronavírus, e uma nova ascensão do neoliberalismo, as diversas iniciativas de comunicação pública sofrem diretamente o dilema político brasileiro. Enquanto isso, somos bombardeados pela programação de gosto duvidoso e massificado das televisões comerciais, além da supremacia de audiência por uma única rede de televisão.

É direito de todo ser humano comunicar-se, expressar ideias e manifestos, bem como a prerrogativa de ser informado, inclusive, na perspectiva de acesso a todos os meios de comunicação que o país oferece através de concessões públicas. Ainda assim, fato é que em nenhum momento de nossa história, o Brasil ofereceu ao seu povo o pleno direito à

comunicação e à informação, com imparcialidade, democracia e acesso universalizado e democrático. Governos, em diversos níveis, contextos e épocas, prejudicam intencionalmente o sistema da comunicação brasileira pública e gratuita.

Pensando assim, o presente manuscrito se justifica pela necessidade de analisar alguns dos principais problemas da comunicação, na sociedade brasileira da contemporaneidade, entre os quais estão o alto índice de pessoas à margem do processo de comunicação em tempo real, a dificuldade de acesso de comunidades à rede internacional de internet e os entraves para o exercício eficaz da Educomunicação nas escolas públicas. Como objetivos do estudo, apresentamos informações sobre as contribuições das TIC no processo educacional e uma breve análise dos processos de inclusão digital na educação pública. A metodologia utilizada para a pesquisa se baseou em revisão de literatura especializada publicada em periódicos científicos e análise de textos sobre a temática em revistas, sites e livros. Os resultados apresentam o sucateamento das instituições públicas de comunicação e a conspiração mercadológica de manutenção dos monopólios como principais promotoras para os entraves ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Brasil do século XXI, o que contribui para a exclusão social e, conseqüentemente, a evasão escolar. É preciso (re)imprimir na educação o seu caráter democrático e multicultural, para que se estabeleçam e convivam harmoniosamente os vínculos tecnológico-científico e humano-social que o Brasil deve ao seu povo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Problemas da Comunicação no Brasil Contemporâneo

No Brasil, cerca de 12 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade não conseguem efetuar a comunicação utilizando uma tecnologia que acompanha a humanidade há cerca de 5 mil anos e que se encontra profundamente enraizada em quase todas as culturas mundiais: a escrita. Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), 7% da população brasileira ainda sofre com o analfabetismo e quase 36% podem ser considerados analfabetos funcionais, que é quando a pessoa conhece a língua escrita, lê e escreve, mas tem sérias dificuldades para compreender um texto, limita-se a compreender pequenos bilhetes, segundo o IBGE (2010). Somando isso a outros dados alarmantes, como os 18% de analfabetos totais de Alagoas - a maior taxa por estado - ou os 25 milhões de pessoas em idade escolar fora da escola, pode-se identificar pelo menos um sinal

claro da irresponsabilidade política para a resolução deste e de outros problemas por ele ocasionados: total descaso com a educação pública. É certo que a maior parcela dos analfabetos está na idade adulta, os números chegam a 44% de idosos que não sabem ler ou escrever. E as diferenças regionais também são representativas: de quase 15% no Nordeste para menos de 4% na Região Sul, em números totais do analfabetismo adulto. Mas, um efeito devastador pode estar surgindo do processo de distribuição de renda e, conseqüentemente, de informação. A geração *nem-nem*, como vem sendo chamada a parcela dos jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham, atingiu a marca dos 8 milhões em um universo de aproximadamente 50 milhões: quase 20% do total.

Um em cada cinco brasileiros entre 18 e 25 anos não trabalha nem estuda. É a chamada "geração nem-nem", dimensionada em estudos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Esses jovens são vítimas de um "desalento estrutural", como analisou Fernando de Holanda Filho, professor da Fundação Getúlio Vargas, ao jornal O Globo (16/9). Ou seja: são pessoas que desistiram de procurar trabalho, porque não têm quase nenhuma qualificação, e tampouco querem voltar a estudar, porque não se sentem atraídas pela escola (ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

Sobre a "atração" da escola, falaremos adiante, mas o que nos intriga nesse momento é que esse "desalento", essa "bomba-relógio" (como previa Darcy Ribeiro¹), esse descaso em nível nacional é um fato extremamente preocupante para o país como um todo, independentemente de classes, pois reforça e estigmatiza diferenças sociais, regionais e etárias, promove a exclusão e atravanca o desenvolvimento tecnológico, científico, sociocultural.

Pior é que isso acontece ao mesmo tempo em que estamos vivenciando o período do surgimento de um novo tipo de linguagem de mídia a partir da convergência dos meios de comunicação e da possibilidade de interação simultânea de qualquer lugar do planeta. Ou seja, enquanto o mundo se pluraliza, se informa e se reinventa, o Brasil pena para conseguir manter-se vivo diante da armada de tecnologia que movimenta o mundo.

Não é um pensamento fatalista, mas usando uma analogia de uma corrida, poderíamos dizer que, enquanto os países ricos (e desenvolvidos) viajam em trens-bala, sem esforços

¹ Darcy Riberiro (1922-1997), um dos mais importantes antropólogos brasileiros, defendia o protagonismo juvenil em relação à participação da sociedade no processo civilizatório de uma sociedade, tendo em vista as diversas revoluções tecnológicas empreendidas pelo mundo (in: RIBEIRO, Darcy. Entrevista TV Cultura, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AAFzOemlAbg>). Então, se acaso, houvesse falha nesse protagonismo, a sociedade teria uma falha no processo de desenvolvimento, seja de maneira local ou em nível global.

braçais e em velocidades inimagináveis, o Brasil aparece na disputa em sua pesada charrete de ouro e prata, puxada por cavalos baios montados por mestiços, que nada queriam disputar.

Nos trens japoneses ou alemães, os *smartphones*, conectados em excelentes redes *wi-fi*, funcionam plenamente durante toda a viagem. Estão convergidos por diversas mídias, possibilitando o usuário jogar *online*, assistir à programação da TV (no canal de sua preferência), ao tempo em que envia mensagens, textos e áudios aos seus contatos e acessa os noticiários em mídias escritas ou audiovisuais do mundo inteiro. Sem mencionar que os horários dos transportes públicos são rigorosamente respeitados e as informações estão dispostas digitalmente em terminais de consulta.

Na viagem analógica da charrete brasileira, sob estradas mal conservadas e roteiros previamente desobedecidos pela impontualidade dos imprevistos e da burocracia, os viajantes dispõem de meios e equipamentos inoperantes o que causa a insuficiência nas redes de comunicação *online*, além da “natural” dificuldade na compreensão das mídias. Os serviços de informação são incapazes de evitar equívocos e a inoperância de alguns setores atrapalham o procedimento da chegada no local e tempo exato. Chegamos, mas estamos sempre atrasados. Ainda que a noção de lugar e tempo esteja caminhando para um abstracionismo irremediável.

Segundo Lemos (2017), a "globalização vem desarticular fronteiras e limites". Os locais não podem mais ser considerados estanques, paralisados. Nem em espaço nem em tempo. Para Attali, *o e-mail* e, depois, o número de telefone celular, foram os primeiros "endereço não territoriais". A mobilidade informacional atual se dá pela interface entre o espaço eletrônico e o espaço físico e que, segundo Lemos (2017), esta situação informacional do século XXI encontra-se na cultura da mobilidade e o seu princípio fundamental.

A comunicação se estabelece nessa dinâmica do móvel-imóvel. Comunicar-se é deslocar-se, transpor-se. A comunicação implica movimento de informação e movimento social: saída de si no diálogo com o outro e fluxo de mensagens carregadas por diversos suportes, daí a necessidade de uma sinergia de meios, mídias, formas, informações. A *internet* então vem ser a metamorfose dessa fluidez social. Como nômades antigos, a mobilidade não é uma novidade e não nasce com os dispositivos portáteis digitais e as redes sem fio da sociedade da informação. Attali (2003) mostra como a mobilidade é característica essencial da nossa espécie. O deslocar-se é próprio do ser humano, ainda que, para isso, não precise carregar seu corpo físico.

2.2 O Neoliberalismo e o Processo de Obstrução de Informações

O poder oligárquico das telecomunicações representa, ao contrário dos discursos de democratização e universalidade apresentados pelas principais redes de TV nacionais, é uma grande afronta à liberdade de expressão. Casos de censura, repressão e violação dos direitos de comunicação e expressão, individual e coletiva, têm se tornado comuns em pleno século XXI, ainda mais com o processo de desmonte ético de estruturas políticas e judiciárias, razoavelmente consolidadas pela cultura democrática brasileira.

No texto "As ameaças à liberdade de expressão no Brasil no ano de 2017", a jornalista Romênia Vieira², da Revista Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, analisa as denúncias dessa violência aos direitos humanos apresentadas através do relatório "Calar Jamais! - Um ano de denúncias contra violações à liberdade de expressão". Entre os informes do relatório, as violações foram classificadas em sete categorias: 1 - contra jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação; 2 - manifestações artísticas; 3 - cerceamento de direitos a funcionários públicos; 4 - repressão a protestos, manifestações, movimentos sociais e organizações políticas; 5 - censura nas escolas; 6 - intervenções em redes sociais; 7 - desmonte da comunicação pública.

Chega-se à conclusão de que trabalhar com comunicação pública atualmente em terras tupiniquins, além das dificuldades naturais da infraestrutura precária dos meios sociais em relações às oligarquias das redes mercadológicas, é uma profissão de extremo risco, pois os jornalistas, repórteres e comunicadores em geral sofrem com os embargos das próprias empresas em que trabalham e com a violência da repressão policial. Pior: no Brasil do século XXI, o retrocesso da comunicação e a censura à informação e ao pensamento crítico chegam tanto através de instituições públicas (governos, polícia, judiciário), como também através de grupos extremistas, ultraconservadores e retrógrados, que se organizam em forma de instituições disfarçadas de "mantenedoras da moral e dos bons costumes", adquirindo papel de movimentos sociais, onde "cidadãos de bem" expressam seus discursos de ódio, racismo, homofobia e intolerância religiosa, em redes sociais e, de forma violenta, nas ruas das cidades pelo Brasil afora.

Casos de produção e reprodução em massa de fake News, por meio de robôs e instrumentos tecnológicos que disparam mensagens, memes e falsas notícias/informações

² A Revista Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação social, com o texto referido neste artigo pode ser acessado em: <https://intervezes.org.br/publicacoes/revista-concessoes-de-radio-e-tv-%E2%80%A2-onde-a-democracia-ainda-nao-chegou/>

através das redes sociais são investigadas pelos órgãos competentes. Mas, continuando a falar sobre culturas midiáticas, ciberespaço, internet e outros termos que envolvem a cultura, a partir da produção-reprodução-ação de textos no âmbito da comunicação, é oportuno dizer que muita coisa do que chega ao grande público agora, como sinal dos novos tempos e, muitas vezes, nem atinge à grande massa, é imediatamente substituído por outra tecnologia, parece muito atual, pós-moderno, contemporâneo. Às vezes nem é.

É nessa perspectiva que defendemos a educação como prioridade em relação à apropriação das TIC para o desenvolvimento social, tanto no aspecto de construção dos elementos comunicativos, como em relação à produção dos insumos necessários à democratização das informações. Para isso, a inclusão digital, iniciada de forma tímida na educação básica, torna-se o principal fator para os processos de democratização e universalização dos saberes e competências comunicacionais e tecnológicas.

2.3 Programas de Inserção e a Educomunicação: Do Analógico à Tecnologia Digital

As primeiras discussões sobre a inserção do uso da informática como instrumento educacional ocorreram em 1971 (ANDRADE; ALBUQUERQUE LIMA, 1993), com o programa EDUCOM, voltado para a inclusão digital na educação básica. Que, apesar do envolvimento de universidades como UnB e UFBA, além do apoio do CNPq, o projeto vigorou apenas entre 1983 e 1986. As políticas públicas no Brasil passavam por mudanças e redirecionamento de objetivos. Segundo Souza (2013), em 1986 o Brasil apresenta uma nova conjuntura política, novos atores nos processos decisórios e, com isso, mudanças e/ou extinções de alguns projetos. O EDUCOM foi incorporado pelo Programa de Formação de Professores para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (FORMAR). Dessa junção, se originou o Programa de Ação Imediata em Informática na Educação (PAIE), que estabeleceu entre suas diretrizes:

A realização de concursos anuais de "software" educacionais brasileiros, a implantação de centros de informática no ensino fundamental e médio, a realização de pesquisas e um novo incremento ao Projeto EDUCOM, além da realização de cursos de especialização em Informática Educativa, destinados a professores e técnicos das secretarias de Educação e colégios federais de ensino técnico (BRASIL, 1994 apud SOUZA, 2013 p. 42).

Os programas não tinham vida longa, passando por mudanças, nomenclaturas e estratégias de desenvolvimento diferentes, ao sabor das conjunturas da década mais efervescente da política nacional e as ações do PAIE duraram apenas quatro anos. Na década

de 1990, o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) serviu como base para estruturação do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), criado pelo MEC com o objetivo principal de adquirir computadores a serem distribuídos nas escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio de forma proporcional ao número de alunos de cada unidade escolar. A vida do PROINFO foi de 10 anos, entre 1997 e 2007, fazendo surgir o PROINFO Integrado, que agrega aos objetivos do anterior atender as escolas das zonas rurais, além de inserir a formação docente que havia perdido espaço desde a extinção do projeto FORMAR.

Em meio a mudanças, criou-se concomitante o Programa Um Computador Por Aluno (PROUCA), em que, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, efetivava-se a distribuição de computadores portáteis educacionais para os estudantes de escolas públicas em todo país. Sua proposta inicial foi de 150.00 (cento e cinquenta mil) computadores para atender 300 (trezentas) escolas públicas. Os critérios das unidades escolares contempladas pelos equipamentos foram estabelecidos pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), pela extinta Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) e pela Presidência da República.

Um programa educativo como PROUCA, que implica na introdução de TICs e nas consequentes mudanças na prática educativa, representa não apenas um desafio, mas também uma oportunidade de formação dos sujeitos do processo educativo e da comunidade escolar, em geral. Neste contexto, a formação dos professores para contribuir com as potencialidades deste programa torna-se elemento crítico, uma vez que eles ocupam papel central na integração efetiva destas iniciativas no espaço escolar. No entanto, além da instrumentalização em hardware e software, é fundamental que os professores tenham oportunidade de experimentarem, refletirem e de recriar em suas práticas, com base em suas experiências, necessidades e valores como parte integral desta formação (STRUCHINER, 2011 apud SOUZA, 2013, p. 45).

Compreender todos os processos pelos quais o país vem passando ao longo dos anos para o desenvolvimento tecnológico e a inclusão digital dos estudantes é importante para lastrear o entendimento sobre as transformações sócio-políticas e, com elas, analisar as políticas públicas voltadas para a educação pública e quais os objetivos são desenhados conforme atores e cenário vivenciado. O que resultará, conseqüentemente, na possibilidade de informação/comunicação e na capacidade social de compreender e intervir nas políticas de acesso à informação, tecnologia e desenvolvimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 As Estratégias Brasileiras De Desenvolvimento Socioeconômico

A verdadeira face da inclusão digital no Brasil, proposta pelos governantes desde o final do século XX, tem sido apenas uma "promessa" de campanhas partidárias e descontextualizadas da realidade sociocultural do país. Em nome dessa inclusão prometida, os "programas de governo" prometem quase milagres para a resolução dos principais entraves sociais de países em "franco" desenvolvimento, como solução mágica para a pobreza, carências educacionais (principalmente o analfabetismo), injustiças sociais, desemprego, violência, racismo, homofobia.

Infelizmente, o que deveria ser política pública de fato (e não de governos), tem sido frequentemente utilizada, em especial pelas organizações internacionais e pelo setor público, para compor um jargão apelativo nas abordagens políticas de caráter geral e populista, pois é notória a falácia da intencionalidade do uso de dispositivos como forma de incluir. O modelo de inclusão que se tem percebido é meramente de inclusão mercadológica, o que já nos foi percebido desde do início da inserção da tecnologia nas escolas, fatores que interferiram na longevidade de programas como o EDUCOM. Por isso, a apropriação da tecnologia precisa ser melhor compreendida no contexto social, incluindo nesta vertente as políticas públicas para a educação.

A Inclusão Digital é evidentemente distanciada da maioria das comunidades que ainda vivem o analfabetismo digital caracterizado por uma série de fatores, apesar da vida social tecnológica exigir a apropriação desta habilidade o que resulta em usuários de telecentros, infocentros, laboratórios escolares ou mesmo lan-houses, em sua maioria, com necessidades mais imediatas como a produção de material de reprografia, contatos pessoais e/ou comerciais de curta duração, comercialização de produtos ou afins. Nelson Preto (2001, p. 15), ao referir-se às políticas públicas para a inclusão digital, defende iniciativas que realizem “a inclusão de cidadãos, não como meros consumidores, seja de produtos ou de informações, mas como sujeitos plenos que participam do mundo contemporâneo enquanto seres éticos, autônomos e com poder de decisão”.

Seria, portanto, necessário avaliar se a realização de cursos básicos de informática para a população de baixa renda, ação em geral bastante comum entre os diversos projetos de inclusão digital que proliferam no país, estariam contribuindo de alguma forma com a formação de sujeitos autônomos e participativos, ou apenas atendendo o mercado de trabalho que busca a aprendizagem flexível para a mão de obra barata.

Existem diversas iniciativas no sentido de promover uma apresentação digna e viável deste "admirável mundo novo" às comunidades carentes ou grupos historicamente marginalizados, no entanto, é perceptível a inobservância em se atender uma inserção eficiente voltada para a autonomia, e formação unilateral do indivíduo para sua vida em uma sociedade tecnológica

E temos um agravante hoje, com a chegada das megaempresas de tecnologia. Não são mais os cursos básicos de informática que são disponibilizados nos infocentros e escolas; são os pacotes dessas empresas, que aprisionam os sujeitos aos seus dispositivos e ambientes digitais. Segundo Florêncio, Bonilla e Silva (2020), é o que Lemos (2017) chama de "portal-curral" - uma vez ali dentro, não pode sair, explorar outras possibilidades, conhecer outros caminhos. Inclusive os dados de todos os sujeitos ficam disponíveis e sob a guarda desses conglomerados. Perdemos completamente a autonomia.

Mas, quais são suas expectativas, quais são suas limitações e possibilidades? Entendendo isso, pode-se ver como a tecnologia pode ajudar a resolver alguns dos problemas que a escola apresenta, e de que maneira se pode introduzir a tecnologia na escola para que ela realmente responda as necessidades próprias do lugar. É preciso inverter a questão, é preciso saber o que podemos fazer para o estudante, para o sujeito, para levar a pessoa a interagir; saber do que necessitam os estudantes e como a tecnologia pode colaborar para a sua satisfação (GÓMEZ, 1998, p. 80).

Diante desse debate, Fígaro (2010) acrescenta que a escola está perante um embate. Por um lado, as TIC são inseridas no contexto escolar embutidas nos valores capitalistas, evocando por uma formação pautada na competitividade e reafirmando o apego ao mercado. Por outro lado, é possível se pensar numa formação humanística, democrática, com oportunidades para todos. Para a autora são, portanto, duas perspectivas distintas, mas com a possibilidade de se construir um equilíbrio. Fígaro (2010) defende que as TIC precisam ser ressemantizadas pela educação e não apenas vistas a partir dessa dicotomia.

Cabe ao campo comunicação/educação reconhecer a importância do advento das novas tecnologias de comunicação, pois elas não podem ficar do lado de fora da escola. Mas cabe prioritariamente a este campo desnaturalizar pela lógica da formação humanística, da ação para a educação e a cidadania (FÍGARO, 2010, p. 11).

Fica evidente que o uso das TIC faz sentido no espaço escolar, a partir de outra compreensão sobre elas, que perpassa por desconstruir a lógica do mero consumo. Numa outra lógica de construção de conteúdos, repensar o uso das tecnologias voltando-se para cultura, para cidadania, para o conhecimento compartilhado, para solidariedade e não apenas para a reprodução de formatos e conteúdos das mídias convencionais.

(...) a possibilidade de introduzir no cenário escolar os temas antes abordados e responder a eles de maneira adequada no que diz respeito às tarefas a serem desenvolvidas pelo corpo docente, bem como a postura a ser adotada pelo professor/mediador quanto aos conteúdos curriculares, às atividades didáticas e às formas de avaliação (FIGARO, 2010, p. 11).

Pretto (2001), ao referir-se às políticas públicas para a inclusão digital, defende iniciativas que realizem a inclusão de cidadãos, não como meros consumidores, seja de produtos ou de informações, mas como sujeitos plenos que participam do mundo contemporâneo enquanto seres éticos, autônomos e com poder de decisão.

3.2 Educação e Comunicação para Além do Desenvolvimento

Antes de adentrar nos desafios para Educomunicação com a presença da *Web 2.0*, é necessário destacar algumas questões sobre o entendimento de alguns autores sobre essa prática na escola, algo ainda muito transversal. Além disso, é interessante o posicionamento de alguns desses autores, que desmistificam a presença das TIC na escola necessariamente como o sucesso do estudante ou a salvação da educação. A Educomunicação, em sua aplicação prática, é um campo que, dentre outros aspectos, se volta para a necessidade de suprir a demanda da sociedade por conhecimento pautado na autonomia. Isto implica na participação dos atores envolvidos no processo de contexto de construção do saber, no processo de ensino.

Neste sentido, segundo Soares (2011), a Educomunicação se coloca diante da escola a partir de três âmbitos:

Gestão escolar, desta forma convida a escola a identificar e, se possível, rever suas práticas comunicativas que caracterizam e norteiam as relações entre a direção, os professores e os alunos, no ambiente educativo. No âmbito disciplinar faz sugestões que a comunicação, enquanto linguagem, processo e produto cultural se transforme em conteúdo disciplinar, isto é, objeto específico do currículo da área “Linguagens, códigos e suas tecnologias.”. E, âmbito transdisciplinar propondo que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso solidário dos recursos de comunicação, tanto para aprofundar o conhecimento quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida (SOARES, 2011, p. 19).

Vale ressaltar que a escola e os educandos a quem o autor se refere são aqueles marginalizados, no que diz respeito ao acesso a bens culturais, informações. O autor acrescenta que muitos destes jovens se deparam com uma escola que não diz muito sobre sua realidade e, se diz, é de forma transversal, pois os conteúdos não fazem muito sentido para esses estudantes, é necessário construir um sentimento de pertencimento, atender a realidade extra muros escolares.

Uma educação eficiente precisa inserir-se no cotidiano de seus estudantes e não ser um simulacro de suas vidas. Fazer sentido para eles significa partir de um projeto de educação que caminhe no mesmo ritmo que o mundo os cerca e que acompanhe essas transformações. Que entenda o jovem. E não dá para entendê-lo sem sequer escutá-lo (SOARES, 2011, p. 8).

Nessa perspectiva, algumas das contribuições da Educomunicação já podem ser vistas através de políticas públicas por meio de programas governamentais, como é o caso do Programa Mais Educação, do MEC. Através deste programa, as escolas ofertam uma série de atividades em forma de oficinas para os estudantes no turno oposto ao do estudo regular, com a finalidade de promover uma educação integral. O estudante participa de atividades culturais, de lazer, com acompanhamento pedagógico em todas as disciplinas, atividades desenvolvidas por membros da comunidade, com competência técnica para desenvolver a monitoria. E, no eixo comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológicas que podem ser implantadas na escola, atendendo diversidades e peculiaridades. As atividades propostas pelo manual sugerem temas como: “Educação em Direitos Humanos, Promoção da Saúde, e temas relacionados à Ética e Cidadania” (BRASIL, 2013, p. 6).

O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências e habilidades, estudantes de EJA e estudantes do ensino médio. (BRASIL, 2013, p. 23).

Percebendo os rumos da política de inserção das TIC nas escolas, assim como o advento de um campo teórico-prático inclinado a entender como se dá esta política, os desafios colocados para a Educomunicação se voltam em compreender as possibilidades desta interface a partir dos usos das TIC, sobretudo no atual momento da *Web 2.0*. Por isso, é interessante compreender as tecnologias como possibilidades para educação.

Comunicação/educação serve para conhecer melhor, ler de maneira mais competente o mundo que nos chega editado. Serve também para dar novos sentidos e novos usos às chamadas tecnologias de informação e comunicação (FÍGARO, 2010, p. 7).

Sobre a questão desenvolvimento, vale destacar algumas contribuições de Perrot (1994), que aponta contradições deste discurso. Para a autora, o que está em jogo são duas concepções de desenvolvimento. A primeira, um sentido real que revela a incoerência deste discurso, pois ele se faz a partir de uma lógica capitalista e colonialista, com efeito de tornar os modos de vida homogêneos, vazios de sentidos e significações. Em segundo lugar, a autora diz que este discurso é carregado ainda de um sentido ideal, pois é algo a ser atingido por todos, tendo como parâmetro os países da América do Norte e da Europa Ocidental. A autora destaca que a

educação para o desenvolvimento é aquela pensada para atingir o patamar destes países, que está voltada a “determinar ações pedagógicas suscetíveis de transmitir aos atores sociais do Sul, os valores, as técnicas, as ferramentas consideradas como indispensáveis à promoção do desenvolvimento” (PERROT, 1994, p. 192).

Ela chama atenção para que, embora o discurso da educação para o desenvolvimento seja direcionado para questões sociais e culturais, na verdade ele está centrado tão somente na questão econômica. Nesse sentido, para que os países do Sul atinjam o patamar de desenvolvimento dos países do Norte, é necessário ou que estes reduzam drasticamente seu nível de consumo, ou que os países do Sul aumentem consideravelmente seu nível de consumo, sendo que esta segunda premissa, para Perrot (1994), é um “patamar impossível”. Ponto que evidencia a contradição do discurso de desenvolvimento e da educação para o desenvolvimento.

Com isso, Perrot (1994) propõe que se abandone esta perspectiva de educação para o desenvolvimento e sugere pensar numa educação a partir da perspectiva intercultural, que se faça segundo sua própria origem e a origem do outro. Para se construir essa compreensão intercultural é necessário considerar o hibridismo cultural, a existência de sociedades em constantes mudanças, romper com um modelo tradicional ou modelo moderno, homogêneo ou homogeneizador da educação.

Neste mesmo viés de pensamento, Sodré (2012) nos convida pensar a tecnologia a partir de outra lógica. Para o autor, o uso das TIC na educação pode ser voltado para compreensão de um mundo diverso, que ressalte seus aspectos culturais.

Uma educação compatível para a diversidade cultural e com *sensorium* afim à novíssima tecnologia da informação e comunicação não será aquela que se pautar exclusivamente pelo uso instrumental da mídia ou de objetos técnicos avançados – logo, o que importa não é a diversidade de conteúdos culturais a serem acessados – e sim a comunicação que incorpore pedagogicamente a dimensão do *sentir*, a mesma que conforma o mundo vital (SODRÉ, 2012, p. 186).

O autor se refere, prioritariamente, à importância da diversidade cultural, que para ele é possível a partir de uma política de promoção de relações dialógicas entre o Estado, a sociedade global e formas plurais de existência. Para atingir tal objetivo, a educação deve ser central nesta política, assim, levanta a crítica do mero uso da natureza técnica dos dispositivos, que muitas vezes não leva em consideração a dimensão humana “dos modos de transmissão do conhecimento” (SODRÉ, 2012, p. 185).

Contribuições como de Perrot (1994) e Sodré (2012) corroboram a crítica de Gómez (1998), estudioso de Educomunicação, que criticou fortemente a política de inserção das TIC nas escolas mexicanas, promovida pelo Ministério da Educação daquele país. Assim como em outros países latino-americanos, a inserção das TIC se deu nas escolas de gestão pública a partir de uma política com apoio de organismos internacionais, como a Unesco, e envolta num discurso de desenvolvimento, sem, no entanto, conforme destaca o autor, dialogar com os atores do espaço escolar.

Gómez (1998) destaca que, na visão dos gestores destas políticas, a escola é compreendida como uma instituição atrasada e que precisa da tecnologia para se atualizar diante das mudanças na sociedade. Para ele, esta é uma visão equivocada, pois condiciona a uma educação dependente da tecnologia. Para o autor, a escola e, sobretudo os atores que a compõem, é que devem ser o centro, e não a tecnologia.

Entende-se que a tecnologia é necessária, que é através dela que a informação está na escola, que ela oferece possibilidades de destreza comunicativa, destreza cognocitiva. Mas, quais são suas expectativas, quais são suas limitações e possibilidades? Entendendo isso, pode-se ver como a tecnologia pode ajudar a resolver alguns dos problemas que a escola apresenta, e de que maneira se pode introduzir a tecnologia na escola para que ela realmente responda as necessidades próprias do lugar. É preciso inverter a questão, é preciso saber o que podemos fazer para o estudante, para o sujeito, para levar a pessoa a interagir; saber do que necessitam os estudantes e como a tecnologia pode colaborar para a sua satisfação (GÓMEZ, 1998, p. 80).

A sociedade tecnológica se apresenta de forma incisiva, e a escola como espaço de formação não pode ser alheia a realidade que norteia e por que não dizer cerceia o pleno exercício da cidadania dos jovens em idade escolar, não se pode atribuir a tecnologia todo o mérito formativo, mas por outro lado, não se pode negar a importância deste no processo de formação para a construção de um indivíduo autônomo e produtivo socialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar comunicação em todos os seus vieses é algo extremamente inquietante, principalmente por se pensar no Brasil por suas condições sócio-territoriais, multiculturalismo e de forte perfil capitalista e eurocêntrico. A comunicação pública enfrenta obstáculos, desde a diversidade vocabular ocasionada pela riqueza cultural de um povo formada por diferentes povos, até o fatídico, mas real fator da não apropriação da própria comunicação escrita. É desafiante também porque é necessário pensar criticamente em inclusão digital: algo que foi

relegado a segundo plano por governos e estados que não propuseram essa inovação irreversível na cultura do mundo e, atualmente em franca desvantagem, precisamos vencer os entraves tecnológicos para a verdadeira operacionalização das TIC na escola pública. Segundo Pretto (2001), Lemos (2017) e os demais estudiosos utilizados nesse manuscrito, sociedade digital é uma realidade que não pode ser ignorada, e que por mais que tenhamos discorrido sobre os diversos programas de inserção tecnológica nas escolas públicas de educação básica, a ineficiência destes em atender às necessidades da comunidade escolar ainda é uma realidade.

Independente de vivermos em uma sociedade capitalista e imediatista, em que nossos jovens, em sua grande maioria, são hedonistas, buscam o prazer imediato, como se apresenta refletido na geração Z e na formação destes, conhecidos como *geração nem-nem*, as mídias digitais têm ditado a vida de todos, jovens, idosos, crianças, homens e mulheres, comunidades isoladas e periferias marginalizadas. Esse fator torna mais urgente a apropriação e adaptação destas mídias de forma a possibilitar a redução das desigualdades sociais que se asseveram frente a este novo panorama comunicativo.

A inclusão digital, o papel da escola e principalmente o acesso a estes por meio de toda a comunidade é preponderante, os cabrestos do analfabetismo digital precisam ser quebrados, a Educomunicação necessita ser uma realidade refletida, dialogada e principalmente inclusiva, por meio da escola pública e que atenda a uma formação desvinculada das políticas mercadológicas que privam e encarceram os sonhos e principalmente as possibilidades de as chamadas minorias progredirem, desenvolverem-se, incluírem-se.

Para isso, a tríade comunicação-informação-educação deve estar a serviço da popularização das tecnologias digitais, barateando custos, construindo e aperfeiçoando sistemas no intuito da democratização e do acesso universal à informação e comunicação. Identificar os maiores entraves que impossibilitam o desenvolvimento social e tecnológico do Brasil é a medida inicial para se colocar como principal problemática a ser discutida e solucionada pela escola brasileira no século XXI.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. F.; ALBUQUERQUE LIMA, M. C. M. (1993). **Projeto EDUCOM**. Brasília: MEC/OEA, 2018.

ATTALI, J. **O homem contemporâneo**. Ensaio. In: L'Homme Nomade. Rio De Janeiro: Vozes, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Desenvolvimento Tecnológico**. Brasília: MEC, 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. A geração nem-nem. **Jornal Estado de São Paulo**, 23 de junho/2018.

FÍGARO, R (2010). **Comunicação/educação**: campo de ressignificação das tecnologias de comunicação. Revista Comunicação e Educação. São Paulo, v. 15, n. 03, p. 7-15, set/dez, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v15i3p7-15>. Acesso em: 23 out. 2014.

FLORENCIO, R. R; BONILLA, M. H. S.; SILVA, H. M. F. Q. **Práticas de Multiletramento**: uma realidade ainda distante nas escolas contemporâneas. Revista Entrelinhas – UFBA, vol. n 1º, 2019. Disponível em file:///C:/Users/Professor/Downloads/28888-131886-1-PB%20(12).pdf, Acessado em 20/01/2021.

GÓMEZ, G. O (1998). **Entre telas**: novos papéis comunicativos e educativos dos cidadãos. In: Educomunicação: para além do 2.0. APARICI, R. (org). Trad. Luciano Menezes Reis. São Paulo: Ed Paulinas, 2014. Cap. 13, p. 279-292.

_____ (2010). **Uma pedagogia para os meios de comunicação**. Revista Comunicação e Educação. São Paulo, n. 12, p. 77-88, maio/ago, 1998. Entrevista concedida a Roseli Aparecida Fígaro Paulino. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i12p77-88>. Acesso em: 23 out. 2014.

LEMOS, André (2017)

PRETTO, N. L. Tecnologia e Educação. Ensaio. Salvador: **Revista da Faced** vol. 1, 2001, acesso: www.revistafaced.ufba.br

PERROT, M. D (1994). **Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural**. In: FAUNDEZ, A. (org.). Educação, desenvolvimento e cultura – Contradições teóricas e práticas. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

RIBEIRO, Darcy. Entrevista TV Cultura. Programa Roda Viva, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AAFzOemlAbg>, acessado em 20/01/2021.

SILVA, M. **Sala de aula interativa a educação presencial e à distância em sintonia com a era digital e com a cidadania**. INTERCOM. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande: 2001.

SOUZA, A. G (2013). **Entre a teoria e a prática**: a inserção das TIC na formação docente inicial da Universidade Estadual de Feira de Santana. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes. Aracaju, 2013. Disponível em: http://pped.unit.br/wp-content/uploads/2013/10/Albano-de-Goes-Souza_08_02_13.pdf. Acesso em: 7 jun. 2014.

VIEIRA, R. Concessões de Rádio e TV: onde a democracia ainda não chegou. **Revista Intervezes** – Coletivo Brasil de Comunicação Social, edição: novembro/2007.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

FLORÊNCIO, R. R; SANTOS, C. A. B. Comunicação, Educação e os Entraves para o Desenvolvimento Social do Brasil Contemporâneo. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 6, art. 7, p. 133-150, jun. 2021.

Contribuição dos Autores	R. R. Florêncio	C. A. B. Santos
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X